

Apenas um brasiliense concorre às eleições

Apenas um dos 259 candidatos às eleições de 15 de novembro é brasiliense. João Batista de Figueiredo Neto, candidato à Câmara pelo PND, decidiu fazer parte do processo político do DF, para "tentar livrar a cidade dos oportunistas que não conhecem a realidade local".

Nascido no Núcleo Bandeirante, em 1961, João Neto reconhece que não possui bagagem política. No entanto, acredita que tem condições de fazer cumprir o programa elaborado pela Ala JK do seu partido, da qual é o presidente.

A idéia de sua candidatura surgiu em uma conversa de bar: "Tenho o hábito de sentar numa roda de amigos e discutir política", explicou. Foi em uma dessas discussões que os amigos de João decidiram que ele, como brasiliense, deveria se candidatar: "Mas não para fazer promessas que não posso cumprir ou tirar proveito da máquina administrativa do governo, minhas propostas são sérias", declarou.

Frisou, ainda, que não tem certeza de que é o único candidato brasiliense que concorre às eleições, mas ele tirou essa suposição "do nível de campanha dos candidatos, que tentam de toda maneira se mostrar os herdeiros políticos do DF", e até agora nenhum afirmou ser legitimamente brasiliense. O TRE, não

permite que as fichas dos candidatos sejam pesquisadas pela imprensa, e por esse motivo não há condições para confirmar se João é realmente o único.

Propostas

As propostas do candidato do PND estão alinhadas em programa de três laudas. Tudo é proposto no sentido de que deve se criar no Brasil uma consciência de nacionalismo. "Não podemos continuar pensando que o que é bom para as grandes potências é bom para nós", comentou.

O sentimento de brasiliidade é apontado por João como um dos fatores principais para "acabarmos com a poluitica que não satisfaz os anseios do povo". Poluitica, explicou o candidato que criou várias expressões que definem o comportamento dos brasileiros, é o trabalho desenvolvido pelos atuais políticos do país "que polui bastante".

Na opinião de João Neto, os parlamentares eleitos a 15 de novembro pelo DF, não devem se preocupar em resolver os problemas locais, já que "os existentes aqui competem à uma decisão Federal de reformas". Temas como moradia, educação, transportes, saúde e empregos, explicou, não podem ser resolvidos separadamente, "fazendo-se necessária a criação de uma legislação Federal séria".